

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 6.048, DE 2005

Torna obrigatória a aplicação tópica de flúor em crianças e adolescentes da rede pública de ensino médio e fundamental, e dá outras providências.

Autor: Deputado Carlos Nader

Relator: Deputado José Linhares

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Nº 6.048/2005, de autoria do nobre Deputado Carlos Nader, propõe que seja obrigatória, em todo o território nacional, a aplicação tópica de flúor em crianças e adolescentes de 06 a 16 anos de rede pública de ensino médio e fundamental, com periodicidade anual.

Distribuído à Comissão de Educação e Cultura, o projeto não recebeu, no prazo regulamentar, qualquer emenda.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme indica o nobre Deputado em sua justificação à proposição em tela, a aplicação tópica de flúor tem por objetivo a redução de 40% da incidência de cáries.



A6B6513F22

Com efeito, a cárie constitui-se em verdadeiro problema de saúde pública, sendo a principal das patologias responsáveis pela perda precoce de dentes permanentes.

Ora, a prevenção da cárie é incomparavelmente mais barata do que seu tratamento. Além do mais, sabe-se hoje da importância que tem a manutenção da integridade da arcada dentária para a anatomia buco-facial, para a dicção e para a mastigação, que são importantes fatores de saúde, além da relevância psico-social em relação à auto-estima dos estudantes.

Tal é a importância da arcada dentária, e não apenas por motivos estéticos, que nos últimos anos foram implementadas políticas de tratamento odontológico especializado através dos SUS, com a criação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs).

Por todas estas razões, reconhecemos e encarecemos o mérito da iniciativa do nobre colega.

Com relação ao procedimento adotado na proposição, de uma aplicação tópica de flúor por ano, esta tem se mostrado amplamente difundida no país, o que indicaria um razoável consenso quanto à sua eficácia. Há contudo ressalvas a fazer.

Uma breve visita aos estudos desenvolvidos na área, aponta, primeiro, que eleva-se consideravelmente a eficácia deste procedimento ao se reduzir o intervalo de aplicações para uma frequência semestral.

Em segundo lugar, há que se ponderar que além da aplicação tópica (flúor em gel), em intervalos semestrais, há procedimentos equivalentes e de custos aproximados ou menores, a exemplo dos bochechos semanais de solução de flúor e da escovação sistemática supervisionada.

Finalmente, e da maior importância, os estudos apontam que todas estas procedimentos têm sua eficácia imediata e mediata severamente comprometidas quando não são acompanhados de processos educativos que sejam efetivos na conscientização dos alunos quanto à importância da saúde



bucal e na consolidação em hábito, dos procedimentos diários de higiene necessários à manutenção desta.

Diante destas considerações, e encarecendo a relevância da proposição sob exame, manifestamo-nos pela sua aprovação na forma do substitutivo proposto neste parecer, que flexibiliza a escolha dos procedimentos preventivos a serem adotados, a critério das equipes técnicas de saúde bucal, e que enfatiza a necessidade de colocarmos nosso enfoque em programas educativos, destinados a professores e alunos.

Sala da Comissão, em de maio de 2006.

Deputado José Linhares
Relator



A6B6513F22

ArquivoTempV.doc **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.048, DE 2005.

Torna obrigatória a realização de programas de prevenção e educação em saúde bucal nas escolas de ensino fundamental e médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As escolas públicas de ensino fundamental e médio devem manter programas permanentes de educação e prevenção em saúde bucal, destinado a todos os alunos de 06 a 16 anos de idade.

Art. 2º Ficam os órgãos públicos de saúde responsáveis pela realização dos procedimentos médico-odontológicos de prevenção e pela formação, relativa aos conhecimentos específicos, dos professores que desenvolverão, em suas escolas, as atividades de educação em saúde bucal.

Parágrafo único. As atividades de prevenção e de educação desenvolvidas no âmbito destes programas devem ter por base a proposta e a organização pedagógica das escolas.

Art. 3º Os órgãos municipais, estaduais e federais competentes disporão de seis meses, a partir da vigência desta lei, para tomar as medidas necessárias ao seu cumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de maio de 2006.



A6B6513F22

Deputado José Linhares
Relator

ArquivoTempV.doc



A6B6513F22